



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 3236/2013**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº 00344/2011**

**ORIGEM: PRM/SÃO JOÃO DEL REI-MG**

**PROCURADOR OFICIANTE: ANTÔNIO ARTHUR BARROS MENDES**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**MATÉRIA:** Inquérito policial. Possível prática do crime previsto no art. 296, §1º, III, do CP. Utilização indevida de símbolo identificador da Polícia Federal em festa a fantasia. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). O uso ocorreu em baile a fantasia, em que o objetivo do investigado, evidentemente, não era se fazer passar por servidor da corporação, mas sim para simples festejar. Inocorrência do crime em comento. Ausência de lesão à fé pública. Homologação do arquivamento quanto a este delito.

Possibilidade de eventual incidência do disposto no art. 46 da LCP. Revisão de declínio (Enunciado nº 33). Aplicação do Enunciado nº 37 desta 2ª CCR: “Não é atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal de contravenções penais, ainda que ocorra, com a infração, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas. (Ref.: Art. 109, IV, da CF e da Súmula 38 do STJ)”. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO E DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES  
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O ARQUIVAMENTO** quanto ao crime previsto no art. 296, §1º, III, do CP, e o **DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES** em relação a contravenção do art. 46 da LCP, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal oficiente (fl. 32/32-v).

Devolvam-se os autos à origem, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 6 de maio de 2013

**Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**

Procuradora Regional da República

Suplente – 2ª CCR

GB